

# IMPrensa E História

DEROCINA ALVES CAMPOS SOSA\*

## RESUMO

O artigo a seguir discute a questão da utilização da imprensa escrita como fonte para a História, destacando como a imprensa pode utilizar-se de certos expedientes como a manipulação e a coerção na hora de apresentar e representar a notícia. Elenca ainda alguns conceitos que podem embasar o começo de uma discussão a respeito de sua adoção por parte dos historiadores. Por fim, abre algumas possibilidades de como pode, ela, enriquecer o conhecimento histórico.

Existem várias formas de relação da imprensa, no caso, imprensa escrita, com a história, percebendo-se nelas situações concretas que remetem às especificidades reveladoras de sua ideologia<sup>1</sup> e de seus contatos com o poder.

Analisar um texto jornalístico de períodos de exceção demanda uma leitura que decodifique dois níveis discursivos, via de regra presentes: um objetivo, outro subjetivo; o primeiro, fazendo o registro possível, permitido ou imposto, e o segundo desvelando eventual resistência – subterrânea, sub-reptícia – às imposições do poder.

No âmbito deste trabalho, a imprensa em questão é a que se manifesta no jornalismo impresso, e é entendida

não como um nível isolado da realidade social na qual se insere, mas que ela representa, fundamentalmente, um instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos.<sup>2</sup>

---

\* Professora do Dep. de Biblioteconomia e História – FURG; doutora em História.

<sup>1</sup> Ideologia entendida aqui como um sistema de idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou até um grupo social (ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 81).

<sup>2</sup> CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa: UH e NP. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 118; FARO, J. S. A comunicação populista no Brasil: o DIP e a SECOM. In: MELO, José Marques de (org.).

A imprensa escrita, aqui, servirá de fonte para a história política e suas implicações com outros campos do conhecimento.

A história política tem sido resgatada ao longo dos últimos cinquenta anos, e isso se deve em grande parte à história revisionista, que não a reduz como fazia a história tradicional, segundo a qual a história política devia apenas representar o estudo da linearidade dos acontecimentos, da valorização dos mitos e dos heróis.

A visão revisionista abriu espaço, portanto, à compreensão da história política como algo integrado socialmente, necessitando de uma explicação mais completa dos outros elementos que compõem a sociedade como a economia e a cultura, por exemplo. Assim, a história política passou a ser vista como o espaço em que poder e política assumem o *status* de representações sociais em conexão com as práticas sociais, sendo que o estudo do político demanda o reconhecimento também de outras representações sociais como a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como outras práticas discursivas associadas ao poder<sup>3</sup>.

O estado, a política e o poder, dessa forma, se inter-relacionam. Não existe estudo atual de história política que não parta de uma definição de poder e de uma análise desse fenômeno<sup>4</sup>.

Os jornais estão localizados na encruzilhada desses elementos: estado, política e poder, combinando-se com eles, ora endossando o discurso oficial<sup>5</sup>, ora opondo-se a ele.

O discurso jornalístico, como já referenciado anteriormente, obedece às regras históricas e é o resultado de uma posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis e o conteúdo apresentado está visceralmente ligado ao seu tempo. Dito de outra forma, os discursos construídos pelos jornais estão balizados pelo contexto em que foram criados<sup>6</sup>.

Percebe-se, portanto, e isso norteia o desenvolvimento deste texto, que o jornalismo encontra-se permanentemente no ponto de

---

*Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981, quando esclarece essa função da Imprensa ao analisar o Departamento de Imprensa e Propaganda no Brasil. Cf. GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978, quando retrata o jornalismo e as suas funções.

<sup>3</sup> FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

<sup>4</sup> BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. da UNB, 1997. p. 76-77.

<sup>5</sup> Discurso é uma unidade do plano de conteúdo; é o nível do percurso gerativo de sentido, em que formas narrativas abstratas são revestidas por elementos concretos. Quando um discurso é manifestado por um plano de expressão qualquer, temos um texto. Cf. FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 1990. p. 31.

<sup>6</sup> MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas: Pontes; Ed. da UniCamp, 1993. p. 14.

encontro ou desencontro dos interesses de estado, das manipulações políticas e da luta pelo poder, ou seja, por vezes afina-se com os interesses do estado, em outras lhe faz oposição. Os posicionamentos assumidos pelos jornais implicam correr riscos patrimoniais e pessoais, por vezes fatais.

É preciso, outrossim, levar em conta, especialmente no jornalismo opinativo<sup>7</sup>, a dimensão ideológica, nem sempre explícita, embora presente, como diz Gouldner:

entre a posterior difusão de um movimento social e a anterior formulação de uma ideologia se produz a organização de um jornal. No período de consolidação da época burguesa, ele era freqüentemente instrumento dos partidos, e freqüentemente eram os partidos mobilizados pelos jornais; o partido moderno, que é a organização estável de quadros e a elite de um movimento social, é promovido pelo jornal<sup>8</sup>.

O uso de fonte jornalística como instrumento a ser utilizado em história política, conseqüentemente, não tem como deixar de levar em consideração o viés ideológico, presente ou na feitura do texto ou em sua leitura à época em que foi produzido. Isso conduz, inapelavelmente, à pesquisa não só das peças textuais em si, mas também do momento histórico em que foram produzidas e, dado o volume das mesmas, impõe-se ao pesquisador uma necessária e clara delimitação de cenários e tópicos envolvidos no processo.

Maria Helena Capelatto<sup>9</sup> tem ressaltado a permanência da força opinativa do jornalismo: “enquanto a gente não abrir espaço para partidos mais fortes, partidos ideológicos, mais enraizados, a imprensa vai continuar usurpando esse espaço que pertence aos partidos”<sup>10</sup>. Por outras palavras, é o que expressa muito claramente um dos mais importantes homens de imprensa do século passado, Assis Chateaubriand<sup>11</sup>, segundo o qual ela existia para conduzir a política, mais do que para dela participar. Aliás, o poder da imprensa, no sentido que aqui se lhe dá, esteve presente nas preocupações de todos os literatos e políticos desde o século XIX até o presente, quer por sua

---

<sup>7</sup> RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1993.

<sup>8</sup> GOULDNER, Alvin, apud RÜDIGER, op. cit., p. 29.

<sup>9</sup> CAPELATTO, Maria Helena. Imprensa, uma mercadoria política. *História e Perspectiva*: Revista da Universidade Federal de Uberlândia, v. 4, p. 131, 1991.

<sup>10</sup> FRIAS, Otávio, apud CAPELATTO, op cit., p. 131.

<sup>11</sup> CHATEAUBRIAND, Assis. O dançarino da corda bem esticada. Apud: CAPELATTO, op. cit., p. 134.

ação negativa – Balzac chega a escrever em *As ilusões perdidas*<sup>12</sup> que se ela não existisse seria preciso não inventá-la; Gandhi, em suas *Memórias*<sup>13</sup>, compara-a a uma torrente em fúria, que submerge as planícies e devasta as colheitas se o jornalista for irresponsável –, quer por sua ação positiva magistralmente expressa por Ruy Barbosa, ele mesmo uma simbiose de político e jornalista, em texto célebre – *A Imprensa e o dever da verdade* – publicado em 1920 na Bahia:

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa por perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonegam ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodoam, mede o que lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.<sup>14</sup>

O objetivo, portanto, deste estudo está no reconhecimento da construção discursiva como pólo norteador, ou seja, é necessário que identifiquemos o tipo de linguagem associada ao discurso jornalístico e as formas como ela – a linguagem<sup>15</sup> – atua na apresentação desse discurso. Aqui tratamos de construção discursiva, ao modo como os discursos vão sendo criados à luz do contexto histórico, não fazemos análise de discurso, que demandaria conhecimentos no campo da lingüística e fugiria à proposta da análise dos próprios jornais que dão ênfase aos aspectos políticos, ligações político-partidárias, relações com outros jornais e identificação do público-leitor.

O estudo da construção discursiva<sup>16</sup> precisa, dessa forma, levar em conta o tipo de linguagem apresentada no jornal, de modo que possamos aproximar o mais objetivamente possível o texto de sua real significação.

A imprensa adquire assim a função de porta-voz da sociedade, e como os acontecimentos são captados no momento mesmo em que ocorrem, identificam uma época. Ao historiador cabem os questionamentos

---

<sup>12</sup> BALZAC, Honoré. *As ilusões perdidas*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

<sup>13</sup> GANDHI. *Memórias*. Rio de Janeiro: Adersen, 1930. p. 171. Gandhi complementa dizendo que: “uma pena sem controle serve somente para destruir; se o controle vem do exterior, o efeito é ainda mais nocivo que a falta de controle, só pode ser aproveitável se for exercido interiormente”.

<sup>14</sup> BARBOSA, Ruy. *A imprensa e o dever da verdade*. Rio de Janeiro: Simões, 1957.

<sup>15</sup> A linguagem é aqui entendida como um componente da comunicação que tem como finalidade última não apenas informar, mas persuadir o interlocutor a aceitar o que está sendo comunicado. Cf. FIORIN, op. cit., p. 52.

<sup>16</sup> *Construção discursiva* é entendida na definição de Foucault, ou seja, é a capacidade de se reconhecer: “semelhantes sistemas de dispersão entre certo número de enunciados e uma regularidade do discurso entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas”. Cf. FOULCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 43 e 66.

às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representar um determinado momento histórico.

Maria Helena Capelatto ainda reitera que os grandes jornais brasileiros se caracterizam pela veiculação de informações e também pelas articulações conspiratórias<sup>17</sup>. A defesa e a oposição aos governos e aos governantes também são outro componente bastante explorado pela imprensa. Mesmo naquelas situações em que é cassado o direito de expressão, o discurso jornalístico encontra algumas formas mais sutis de se apresentar ao público leitor. O jornalista, ao expressar suas opiniões, está canalizando os anseios da sociedade e o contexto da sua época.

A imprensa, por ser uma instituição pública e privada, atua nos dois campos, enquanto empresa que enfrenta cotidianamente a concorrência, tentando de todas as formas vender o seu produto, mas que por outro lado coloca no mercado uma mercadoria muito particular, que é a mercadoria política, mesclando-se aí o público e o privado, os interesses dos cidadãos e os do dono do jornal. As relações que se estabelecem, portanto, na esfera privada, não desaparecem na esfera pública.

A visão da imprensa como fiel refletora daquilo que está ocorrendo na sociedade, no entanto, justifica apenas um dos componentes dessa mesma imprensa. O outro é aquele ligado ao papel que a imprensa escrita vem desempenhando ao longo da história e mais precisamente da história do Brasil, ou seja, o de espaço privilegiado de exercício da política, como exposição de idéias ou ainda da política partidária, responsável pela construção dos discursos.

## **1.1 – Os discursos construídos pelos jornais**

A identificação da construção discursiva apresentada pela imprensa escrita e na imprensa escrita é uma tarefa complexa. Demanda, antes de tudo, o conhecimento do desenvolvimento dessa imprensa ao longo da história do Brasil, os vários momentos pelos quais ela passou até chegarmos ao jornalismo<sup>18</sup> moderno, cuja criação data

---

<sup>17</sup> Os jornais apresentam-se, dessa forma, ao público leitor como impessoais, imparciais, apartidários e apolíticos, mas têm componentes ideológicos em seus discursos.

<sup>18</sup> Aqui utilizamos o termo jornalismo para designar o tipo de atuação da imprensa no período que ora estudamos (1930-1946), já que, no dizer de Rüdiger, imprensa e jornalismo não significam a mesma coisa. Imprensa é o veículo das manifestações sociais. Já o jornalismo, por seu turno, representa o passo seguinte, ou ainda, jornalismo é "uma prática social componente do processo de formação da chamada opinião pública; prática que, dotada de conceito histórico variável conforme o período, pode se estruturar de modo

do final do século XIX. Assim o jornalismo gaúcho conheceu duas grandes fases de desenvolvimento, como demonstra Rüdiger:

a primeira fase, comandada pelo conceito de jornalismo político-partidário, foi dominante desde a sua formação, em meados do século passado até a década de 30. A segunda, dominada pelos conceitos de jornalismo informativo e indústria cultural, começou a se gestar lentamente no início do século XX, quando surgiram as primeiras empresas jornalísticas, e se consolidar com a formação das atuais redes e monopólios de comunicação.<sup>19</sup>

A primeira fase trabalhava com doutrinas e idéias que estabeleciam uma luta nos bastidores e nas páginas dos jornais e periódicos, percebidos, em geral, pelo tom forte do vocabulário usado, pelas expressões agressivas ou laudatórias. Loiva Felix diz que “os editoriais constituíram-se em tribuna política onde, muitas vezes, buscava-se universalizar o particular e particularizar o universal”<sup>20</sup>.

A imprensa passava dessa forma a construir discursos e a estendê-lo a toda a população, de modo que as pessoas se identificassem com certos conceitos. Entidades como *pátria*, *nação brasileira*, *povo*, *povo rio-grandense* etc. criavam uma “identidade coletiva, uma solidariedade social e uma visão de mundo própria”<sup>21</sup>. Ainda em relação à primeira fase, diz Rüdiger:

o jornalismo político-partidário desenvolveu a concepção de que o papel dos jornais é essencialmente opinativo, visa a veicular organizadamente a doutrina e a opinião dos partidos na sociedade civil. Os jornalistas são os responsáveis pela tarefa de transmitir de forma criteriosa a doutrina dos partidos e dirigir a opinião pública.<sup>22</sup>

Os jornais caracterizavam-se pela responsabilidade com os conceitos externados e uma série de excessos de linguagem, até porque quem respondia pelos crimes de imprensa não eram os verdadeiros redatores da matéria, mas os diretores da publicação<sup>23</sup>.

No período anterior, de consolidação do II Reinado brasileiro,

---

regular nos mais diversos meios de comunicação, da Imprensa à televisão” (RÜDIGER, op. cit., p. 7).

<sup>19</sup> Idem, p.16.

<sup>20</sup> FELIX, Loiva Otero. Imprensa, revolução e discurso: a construção de categorias. In: RAMBO, Artur; FELIX, Loiva (org.). *A Revolução Federalista e os teuto-brasileiros*. São Leopoldo: Ed. da Unisinos; Porto Alegre: Ed. da UFRGS,1995. p.183.

<sup>21</sup> Idem, p.183-184.

<sup>22</sup> RÜDIGER, op. cit., p. 6.

<sup>23</sup> Idem, p. 25-26.

houve a possibilidade de desenvolvimento de um grande número de jornais que refletiam a chamada fase da Conciliação (que duraria até 1859) entre conservadores e liberais que pretendiam a pacificação do país<sup>24</sup>. No entanto a Conciliação, no dizer de Sodré, “escondia os graves problemas que se aprofundavam na estagnação da aparente tranqüilidade reinante”<sup>25</sup>.

No fim da década de 70 do século XIX, a rotina começaria a ser alterada com o conflito militar platino de meados da década precedente e suas conseqüências na vida política do país. A suspensão do tráfico negreiro dez anos antes criou um espectro social favorável às lutas e agitações políticas. O jornalismo, por sua vez, retomava o fio da sua história e passava à fase da agitação em suas manifestações<sup>26</sup>.

A imprensa gaúcha não ficou alheia a esse movimento, como foi anteriormente destacado com a Revolução Federalista, mas não somente com ela. Outros temas também foram explorados, como, ainda anteriormente, a questão servil, que “ganhou autonomia dos partidos na esfera pública, forçando os jornais a agirem como partidos, de modo que não constitui exagero dizer que foram responsáveis em grande parte pela massa de alforrias verificadas em 1884”<sup>27</sup>.

O tempo do jornalismo puramente opinativo cedia lugar ao jornalismo político-partidário ou doutrinário, que não deixava margem à não-tomada de posicionamento partidário.

No Rio Grande do Sul, o jornalismo político-partidário é contemporâneo da Revolução Farroupilha e suas relações com o centro do poder. No final do século XIX, com a Revolução Federalista, os jornais passaram a refletir as posições com relação a esse movimento. Pica-paus e maragatos confrontavam-se também nas páginas dos jornais. Assim, *A Federação*, como folha representante da situação ou dos republicanos, construía um discurso que criava um universo real cujo inimigo passava a ser diariamente atacado. Do lado da oposição, jornais como *A Reforma* e o *Maragato*, por exemplo, utilizavam-se do mesmo expediente.

Francisco Rüdiger ainda esclarece:

A Federação resumiu de fato o modelo do jornalismo político-partidário vigente no Rio Grande do Sul até o Estado Novo. Lançada em 1884, a folha teve significativo papel na articulação do movimento republicano da

---

<sup>24</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. p. 188.

<sup>25</sup> Idem, p.188.

<sup>26</sup> Ibidem, p. 201.

<sup>27</sup> RÜDIGER, op. cit., p. 29.

Província, assumindo desde o princípio o cunho de órgão de combate e propaganda. A empresa foi construída mediante subscrição feita pelos membros do Partido (PRR) e a direção do jornal foi confiada a Júlio de Castilhos<sup>28</sup>.

A referida folha assumiu ainda defesas como a abolição da escravidão na província e a questão militar<sup>29</sup>. Portanto, tinha um papel fundamental na construção e manutenção da nova hegemonia do Partido Republicano, guiando-se ideologicamente pela tradução castilhista do positivismo comtiano. Os jornais político-partidários tinham significativa participação na organização das forças políticas, constituíam clubes que serviam de centros de reunião partidária, nas quais se elaborava a doutrina do partido<sup>30</sup>.

Os discursos vão, dessa forma, gradativamente sendo criados pela imprensa escrita, que como no século XIX, encampou a questão servil e a militar, tornando lugar-comum a defesa dessas idéias; também o fez ao longo do século XX, criando com o público leitor uma identidade, capaz de reconhecer em situações como o regime de exceção do Estado Novo, por exemplo, um componente de satisfação coletiva ou de aceitação do fato, criando a perspectiva de que o modelo autoritário melhor respondia aos anseios do coletivo da sociedade.

A construção discursiva passa, portanto, pela identificação com aquilo que está sendo exposto, de modo que o *eu* individual seja diluído no *nós* coletivo que deve estar acima de todas as outras coisas.

A imprensa escrita e seu núcleo, o jornalismo, que inaugurou a década de 30 do século XX, modificaram-se quanto ao período precedente. A época da grande empresa jornalística ou do jornalismo informativo moderno, representante da segunda fase do jornalismo, na definição de Francisco Rüdiger, perdeu um pouco o caráter combativo. Situações como a Revolução de 32 (que coibiu a Imprensa Libertadora) e o golpe do Estado Novo objetivaram atrelar a imprensa ao estado, mais precisamente quando da implantação deste último<sup>31</sup>. Rüdiger esclarece:

---

<sup>28</sup> *idem*, p. 31.

<sup>29</sup> A questão militar é também destacada por Sodré como sendo uma das bandeiras levantadas pelo jornal *A Federação*, o que possibilitou a formação de uma opinião em favor dos militares. Cf. SODRÉ, Nelson W., *op. cit.*, p. 230.

<sup>30</sup> RÜDIGER, *op. cit.*, p. 32.

<sup>31</sup> O Estado Novo brasileiro tem sido muitas vezes descrito como Estado Totalitário, em uma nítida comparação aos Estados Fascistas Europeus. Nestes, a sociedade civil é inteiramente absorvida pelo Estado, é um Estado sem opinião pública, isto é, com uma opinião apenas oficial (BOBBIO, *op. cit.*, p. 37). O Estado Totalitário caracteriza-se ainda pela presença do partido único onipresente e onipotente ou uma "organização política, portanto, que estende o próprio controle sobre cada comportamento humano, não

o regime aboliu oficialmente os partidos e decretou o fechamento de diversos jornais, entre eles A Federação, o Estado do Rio Grande, o Libertador, o Diário Liberal e o Echo do Sul. Os jornais sobreviventes procuraram se adaptar à nova situação, adotando uma linha noticiosa, como foi o caso dos dissidentes do novo regime, ou simplesmente adotando uma postura oficialista, como se verificou na maior parte dos casos. O regime estabelecido se encarregou de cuidar para que os primeiros se mantivessem estritamente na nova linha editorial e os dissidentes sofressem duras represálias<sup>32</sup>.

No período do Estado Novo (1937-1945), a imprensa esteve sob rigorosa censura. A situação foi-se modificando a partir de 1942 quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo. Desde então, avultaram na imprensa escrita artigos combatendo o fascismo europeu e o autoritarismo brasileiro.

Com as modificações da década de 30 e o desenvolvimento da industrialização, floresceram as empresas jornalísticas, que passaram a lucrar mais comercializando seus produtos típicos – o espaço publicitário e os exemplares avulsos. À época do jornalismo político-partidário, sobrepõe-se o jornalismo informativo moderno. Os fatos são expostos no jornal de uma forma mais distante das paixões políticas. As modernizações no parque gráfico e no próprio conceito de jornalismo impuseram isso.

O novo jornalismo não se expunha como antes, mas não perdia o caráter político. A metamorfose verificada no jornalismo não lhe tirou esse aspecto, pois a conquista da autonomia frente ao campo político não significou sua perda, mas uma mudança de forma. A nova empresa jornalística passa a ser uma agência política<sup>33</sup>.

O contexto do pós-30 e mais especificamente do pós-37 foi o responsável pelo desenvolvimento desse tipo de jornalismo, cujo “caráter político foi se dissimulando ainda mais, traduzindo-se em políticas ‘noticiosas’ extremamente sutis, mas eficazes no processo de modelagem da opinião pública”<sup>34</sup>.

---

deixando nenhum interstício no interior do qual possa se desenvolver, a não ser ilicitamente, a iniciativa dos indivíduos e dos grupos (idem, p. 121). O Estado Novo brasileiro não pode ser caracterizado de Totalitário, devido à falta desse partido único e à incapacidade dos grupos, que assumiram o poder com Vargas, de dominarem esse mesmo. Nessas condições, voltou-se às massas populares urbanas, única fonte de legitimidade possível do novo Estado brasileiro (CAPELATO, 1981, p. 117-118). Dessa forma, o Estado Novo apresenta-se como autoritário e não totalitário.

<sup>32</sup> RÜDIGER.op.cit,p.41.

<sup>33</sup> idem,p.64.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 65.

O jornalismo, ao selecionar e transmitir a notícia, procede a uma manipulação do conhecimento apreendido pelo público leitor. Os discursos construídos pela imprensa criam e recriam o real, ou, como no dizer de Foucault, “o discurso constrói o real”<sup>35</sup>.

A imprensa escrita atua, desse modo, em um cenário com o qual interage o discurso; fazendo parte de sua atividade e enquanto órgão de informação e de formação, é capaz de manipular a opinião pública, colocando-a ao lado de um ou de outro discurso<sup>36</sup>. Ela é um órgão político, que representa os anseios da sociedade e ao mesmo tempo é responsável pela mudança de comportamento dessa mesma sociedade. Os discursos que apresenta coadunam-se com essa postura. Nos momentos de crise ou de ameaça aos direitos democráticos, ela recua no seu pronunciamento mais aberto, mas não deixa de também apresentar por vezes opiniões contrárias ao sistema, de forma mais sutil.

O jornalismo informativo moderno, notadamente a partir da década de 30, não perdeu o seu aspecto político, como já foi dito anteriormente, e é em função justamente desse caráter político, que vai sofrendo metamorfoses ao longo da década de 30, que propomos esse tipo de abordagem. Em todas as situações políticas do período de 1930 a 1946, verifica-se uma tomada de posição, mesmo naquelas situações em que os jornais eram penalizados e tinham que suprimir as informações de suas páginas, que apareciam muitas vezes em branco. Mesmo nessas circunstâncias aparecia um discurso velado, mas eficiente.

Alguns acontecimentos como a Revolução de 30, a reação paulista de 1932, as eleições de 1934, somente para citar alguns exemplos, demonstram como o discurso era construído pelo jornal<sup>37</sup>, visando a sua difusão junto à sociedade.

## 1.2 – Os discursos manipulados nos jornais

Quando nos referimos à questão da manipulação, estamos nos

---

<sup>35</sup> FOULCAULT, op. cit.

<sup>36</sup> Em um artigo intitulado *Correio do Povo e Nacionalismo Popular*, Andréa Torres discute as matérias jornalísticas de indignação do *Correio do Povo* frente aos ataques alemães contra os navios brasileiros. Os artigos do jornal falavam nos ataques covardes que serviam para canalizar os anseios de brasilidade. O jornal exaltava assim esse sentimento de modo a incentivar a organização coletiva. Em outras matérias, o mesmo jornal demonstrou sentimento de euforia quando o Brasil declarou guerra aos países do Eixo (TORRES, Andréa. *Correio do Povo e Nacionalismo Popular*, 1996, p. 44).

<sup>37</sup> Quando nos referimos aos discursos constituídos pelos jornais, estamos nos referindo aos editoriais, aos artigos assinados pelos colaboradores e às notícias dos correspondentes políticos, bem como aquelas reproduzidas de outros jornais brasileiros.

referindo à manobra destinada a fraudar ou forjar algo. Dessa forma, a imprensa escrita utilizou e utiliza muito esse expediente quando quer tornar eloqüente um discurso. Nesse ínterim, são os discursos manipulados *pelos* jornais e *nos* jornais, de modo que, criam uma situação coerente com aquilo que apregoam. Concorrem para a manipulação, bem como para a construção discursiva, os intelectuais que escrevem os jornais. A eles, cabe o *status* da sapiência muitas vezes incontestada, legitimadora de práticas sociais. Foucault, em uma passagem de *Microfísica do poder*, analisa a visão dos intelectuais que se arvoram o direito de conduzir as massas, usando de um poder que lhes é confiado. Para o filósofo francês,

o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber, elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles, e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade. Os próprios intelectuais fazem parte deste sistema de poder, a idéia de que eles são agentes da “consciência” e do “discurso” também faz parte desse sistema<sup>38</sup>.

Francisco Rüdiger, percorrendo o mesmo caminho, chama a atenção para os fundamentos do jornalismo:

o jornalismo consiste basicamente numa prática social, ligada ao movimento histórico da chamada esfera pública, ou seja, do processo de formação e informação da opinião pública. Nessa perspectiva, ele não é, por princípio, meio de manipulação ou esclarecimento social, mas uma forma de poder que se reveste destes aspectos, dos quais não pode ser em hipótese nenhuma dissociado, em função das condições ditadas pela práxis de cada época<sup>39</sup>.

O autor deixa claro que o *princípio* da imprensa não é o de ser manipuladora, no entanto reconhece que ela, enquanto forma de poder, não pode ser dissociada do elemento manipulação em função das condições ditadas por cada época.

Sendo o jornalismo e o acesso às suas informações bastante elitizado, fica o poder ainda menos possível de ser compartilhado por setores mais amplos da população.

A leitura, dessa forma, como prática que envolve apenas

---

<sup>38</sup> FOULCAULT, op. cit., p.71.

<sup>39</sup> RÜDIGER, op. cit., p. 81.

alguns setores da sociedade, impede a democratização do conhecimento e conseqüentemente há uma concentração de poder nas mãos daqueles que detêm esse conhecimento, ou seja, as camadas mais abastadas. José Marques de Melo chama a atenção para isso no seguinte trecho:

São as classes trabalhadoras as excluídas da leitura. A grande maioria das pessoas não lê porque a leitura pouco (ou nada) significa no mundo do trabalho. A ação produtiva, realizada através de operações mecânicas, fragmentadas, repetitivas, impõe enorme dispêndio de energia física, tornando a prática da leitura meramente casual ou residual. São essas mesmas pessoas que não encontram na leitura fonte de prazer estético<sup>40</sup>.

Essa dificuldade com relação à leitura era maior em épocas mais distantes. Com relação à década de 30, o forte componente ideológico do estado autoritário cerceou as liberdades, impedindo que a progressiva politização de anos anteriores continuasse. O lugar agora era ocupado por uma imprensa e um jornalismo atrelados ao estado. A oposição precisava apresentar um discurso velado e carregado de informações nas entrelinhas para expressar suas posturas.

Ainda com relação à leitura do jornal, não devemos esquecer que ela representava e representa um comportamento civilizado significativo. Quanto maior o desenvolvimento econômico e social de um país, maiores são as tiragens dos jornais<sup>41</sup>.

Caracterizando ainda melhor o jornalismo escrito, José Marques de Melo argumenta:

o jornal, diferentemente do rádio e da televisão (veículos sintonizados em busca de lazer), significa o laço que prende o cidadão à sociedade em que vive e atua. Oferecendo cada dia o registro, ainda que parcial, do movimento da sociedade, o jornal permite, num primeiro instante, a participação abstrata do cidadão, conduzindo-o, num segundo momento, à atuação concreta<sup>42</sup>.

O cidadão plenamente integrado na sociedade lê mais, e quanto mais ele se sente partícipe de sua comunidade ou de seu país, mais ele recorre ao jornal para aprofundar a sua identidade social, identificando-se com o meio no qual vive.

---

<sup>40</sup> MELO, José Marques de. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985. p. 29.

<sup>41</sup> Idem, p. 49.

<sup>42</sup> Ibidem.

A informação obedece, assim, ao critério de uma seleção editorial, que por sua vez está ligada ao espaço social. O discurso, pois, contido nessas informações segue as intenções mais diversas, seja do autor da matéria, do editor do jornal, dos patrocinadores ou do governo. Nenhuma informação, por maior pretensão que tenha de ser imparcial, consegue sê-lo. Mesmo o jornalismo informativo moderno não perdeu o caráter político e suas inter-relações com o poder, que fazem da imprensa escrita o principal alvo dos governos autoritários<sup>43</sup>.

Além disso, no Brasil, a partir da década de 30, com a emergência das classes populares, houve o desenvolvimento de um fenômeno conhecido por populismo<sup>44</sup>, que polarizou a imprensa escrita e as formas como esta passou a se apresentar. O governo, inspirado por essa prática, que não se restringiu ao Brasil, já que foi observada também em vários outros países como México e Argentina, assumiu a condição de manipulador de massas, ou seja, os aspectos coletivos passaram a ser supervalorizados pelo governo. A década de 30 foi, portanto, a década de expressão e de manipulação das classes populares. Os termos-pivô eram muito freqüentemente usados para abarcarem uma gama de informações e legitimações. Um desses termos é *povo*<sup>45</sup>, de modo que “os diferentes discursos procuram estabelecer um laço político entre indivíduos que ocupam diferentes posições no processo produtivo”<sup>46</sup>.

A utilização desse termo insinua ou propaga a necessidade de

---

<sup>43</sup> Althusser, distinguindo os aparelhos repressivos dos aparelhos ideológicos do estado, esclarece que os primeiros funcionam predominantemente através da repressão (inclusive a física) e, secundariamente, através da ideologia. Exemplos: o exército e os partidos. Inversamente, devemos dizer que os aparelhos ideológicos do estado funcionam predominantemente através da ideologia, tanto para garantir sua própria coesão e reprodução, como para divulgar os “valores” propostos por esse estado. Para o mesmo autor, a imprensa escrita estaria inserida em um aparelho ideológico do estado, bem como o rádio e a televisão. Mesmo pertencendo ao espaço privado, estão, de certa forma, condicionados ao Estado. Cf. ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. p. 70.

<sup>44</sup> Para Guita Grim Debert, “Populismo é um termo que apresenta uma série de ambigüidade, justamente pela diversidade de fenômenos que domina; se tem, por um lado, como referência movimentos sociais concretos, certos tipos de ideologia ou certos tipos de Estado, por outro lado tem sido atualmente usado de maneira ainda mais extensa e difusa, referindo-se às *tentativas dos meios de comunicação de massa de ‘popularizar’ líderes políticos, buscando estabelecer entre eles e seu público uma relação mais direta e pessoal*” (DEBERT, Guita Grim. A questão do populismo. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 53 – grifo nosso).

<sup>45</sup> Segundo Debert, povo não traduzia o conjunto da população, nem era sinônimo do conjunto de habitantes de uma área geográfica, mas um termo que tem a ver com a esfera da política, seja para ampliá-la ou para restringi-la (idem, p. 55).

<sup>46</sup> Ibidem, p. 56.

uma aliança de classes e a definição do lugar que cada uma ocupa na aliança e na escala do poder. Assim, os governantes desse período usam esse termo para demonstrar uma identificação entre o poder instituído e seus subordinados. Maria Lúcia Montes faz o seguinte destaque:

se o discurso populista tem no “povo” a base de sua legitimação, no momento mesmo em que a conquista ele cria e legitima a identidade do “povo” como ator político, e nisso reside, para ambas as partes, seu poder, isto é, a eficácia e os limites desse discurso que as constitui a ambas, e uma para a outra. É nesse sentido que o discurso cria laços sociais<sup>47</sup>.

Diante do quadro da crise de hegemonia<sup>48</sup> na República Velha, a partir de 1930 o Estado tendeu a se sobrepor ao conjunto da sociedade, buscando a legitimidade de sua existência na mobilização das massas populares urbanas. A prática do populismo representava na época uma necessidade objetiva, diante da chamada *crise de hegemonia*. No primeiro período de Vargas já foram utilizados os mecanismos de manipulação, mas o Estado Novo foi o momento privilegiado dessa prática. O enaltecimento dos símbolos nacionais, a mitificação e a apologia ao chefe – Getúlio Vargas – valorizaram o fortalecimento do Estado corporativo que pretendia sobrepor objetivos nacionais aos interesses particularistas<sup>49</sup>. Essa corrente ganhou força no Brasil dos anos 30, num quadro em que o padrão autoritário

era e é uma marca da cultura política do país. A dificuldade de organização das classes, da formação de associações representativas e de partidos fez das soluções autoritárias uma atração constante. Isso ocorria não só entre os conservadores convictos como entre os liberais e a esquerda. Esta tendia a associar liberalismo com o domínio das oligarquias; a partir daí, não dava muito valor à chamada democracia formal. Os liberais contribuíam para justificar essa visão. Temiam as reformas sociais e aceitavam, ou até mesmo incentivavam, a interrupção do jogo democrático toda vez que ele parecesse ameaçado pelas forças

---

<sup>47</sup> MONTES, Maria Lúcia. O discurso populista ou caminhos cruzados. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981. p. 64.

<sup>48</sup> Crise de hegemonia é aqui entendida como a inexistência a partir de 1930 de um grupo social que fosse capaz de assumir sozinho o controle do poder, nem burguesia urbana, nem partidos políticos, deixando, dessa forma, espaço para o governo populista agir e criar o estereótipo de governo legitimamente instaurado e apoiado pelo povo. Cf. CAMARGO, Aspásia. A revolução das elites: conflitos regionais e centralização política. In: REVOLUÇÃO DE 30, seminário internacional. Porto Alegre: Erus, 1983.

<sup>49</sup> FARO, op. cit., p. 86.

subversivas.<sup>50</sup>

O DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) foi criado em 27 de dezembro de 1939, e a partir daí o aperfeiçoamento dos meios de intervenção do estado na área da comunicação ocorreu paralelo com o fechamento institucional<sup>51</sup>. Enquanto braço censor do estado, o DIP atuava em todos os meios de comunicação. Em contrapartida o estado “desarticula as lideranças regionais, formula planos econômicos, cerca-se do aparato militar, controla os sindicatos, hipertrofia-se e mobiliza intensamente os elementos da propaganda”<sup>52</sup>. Conforme Faro,

não apenas a estrutura do DIP, mas também o conteúdo de sua ação, se estabelecem no sentido de assegurar essa montagem, mascarando os conflitos sob o peso da propaganda de uma suposta unanimidade em torno do governo, tarefa na qual a instituição se empenhará de forma avassaladora: 60 por cento das matérias dos jornais, por exemplo, eram previamente fornecidas pelo DIP através da Agência Nacional<sup>53</sup>.

O ato de sua criação dá-lhe poderes para fazer censura ao teatro, cinema, radiodifusão, imprensa, além de *censurar, organizar, patrocinar festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística*.

O sistema, como uma unidade perfeita, fora aperfeiçoado graças à propaganda, que *convencia* as massas da necessidade de reformas, envolvendo os indivíduos com as instituições.

Nesse contexto, a imprensa era muito visada e passava a ser vista como se fosse coisa pública, sendo sua ação de interesse da coletividade, abrindo perspectivas à propaganda oficial e afastando os objetivos particularistas.

A questão da manipulação do jornal passava a fazer parte desse contexto:

Nesse quadro de absoluto controle dos meios de comunicação pelo Estado, a imprensa atravessaria dias difíceis. Aliás, a estrutura de funcionamento que o DIP organizou para esse setor articulava-se com uma ameaça permanente de repressão física que, em alguns casos, chegou a se concretizar, como ocorreu com o jornal o Estado de São Paulo em 1940, que permaneceu nas mãos do Estado até 1945. As regras ditadas pelo DIP aos jornais, portanto, adquiriram assim um

---

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Idem, p. 87.

<sup>52</sup> Ibidem, p. 87.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 87.

significado diverso, na medida em que a Imprensa, até pelo menos 1945, havia refletido intensamente as lutas políticas a que o país assistiu. Para o setor, portanto, as atividades do DIP se desdobravam com a exigência, em primeiro lugar, do registro junto ao Departamento tanto dos jornais como dos jornalistas. Em segundo, a presença física do censor em cada redação. Em terceiro, a distribuição dos boletins de Informações do Departamento, que tinham sua publicação garantida nos jornais pelo próprio decreto que havia criado o DIP.<sup>54</sup>

A manipulação da e na imprensa, portanto, demanda um controle direto do poder quer pelo estado, quer pelos donos do jornal. Mesmo não se sabendo muitas vezes quem é o titular do poder, ele se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro<sup>55</sup>. O custo do exercício do poder pode ser muito alto. Assim, “se a violência foi grande, há o risco de provocar revoltas, ou, se a intervenção foi muito descontínua, há o risco de permitir o desenvolvimento, nos intervalos, dos fenômenos de resistência, de desobediência, de custo político elevado”<sup>56</sup>.

Dessa maneira o jogo do poder e a manipulação exercida para manter esse poder encontrará, como encontrou, nos discursos jornalísticos o espaço necessário para se desenvolver. Durante as décadas de 30 e 40, o tom do discurso às vezes mudou, mas nunca deixou de existir manipulação.

Assim como entendemos a construção discursiva como a legitimação de conceitos (idéias que seriam posteriormente encampadas pela sociedade), decodificamos a manipulação enquanto elemento presente nos discursos, de forma a modificar aquilo que poderia ser entendido de uma outra forma. Isso ocorreu quando, por exemplo, da oposição feita por Flores da Cunha, a partir de 1935, ao governo federal. Alguns jornais, entre eles o *Rio Grande*, assumiram a defesa do governador gaúcho até a sua derrota em 1937, através da transcrição dos discursos jornalísticos da imprensa escrita do eixo Rio-São Paulo, manipulando, de modo a justificar as atitudes do governador. Construção e manipulação interseccionam-se em alguns momentos, já que aquilo que é manipulado em certo momento passa a construir no momento seguinte e vice-versa. A manipulação, dessa forma, pode ser feita nos jornais e pelos jornais, apresentando uma gama muito rica de argumentações em favor ora de um, ora de outro discurso.

Imprensa escrita e poder dessa forma estão entrelaçados,

---

<sup>54</sup> FARO, op. cit., p.90.

<sup>55</sup> FOULCAULT, op. cit., p. 75.

<sup>56</sup> Idem, p. 217.

reforçando a manipulação e um se beneficiando do que o outro pode proporcionar. Durante o Estado Novo, a liberdade de expressão praticamente inexistiu. Ocorreu um processo de abertura da imprensa a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra, como já foi explanado. Segundo Nelson Werneck Sodré,

A eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, teria reflexo muito profundo no Brasil: na fase inicial, de avanço vitorioso e irresistível das forças nazistas, fascistas e nipônicas, esses reflexos foram no sentido de fortalecer o regime totalitário aqui dominante; o Brasil adotou posição neutra, o noticiário da Imprensa e do rádio mostrava isso; a partir da entrada dos EUA no conflito, em 1941, aqueles reflexos se fizeram em sentido oposto; a entrada do Brasil na guerra, no segundo semestre de 1942, foi, realmente, a consolidação dessa mudança: o Estado começou a deteriorar-se rapidamente. No decorrer dessa evolução, a Imprensa teve condições para desafogar progressivamente as suas manifestações. A maioria dos jornais tomou o partido dos países que combatiam o nazi-fascismo: a propósito do que ocorria no exterior, as críticas visavam o que acontecia no próprio Brasil<sup>57</sup>.

Apesar da afirmação do autor de que o regime aqui dominante era *totalitário*, o que discordamos pelo que foi anteriormente exposto no presente capítulo, suas considerações são bastante pertinentes porque falam de uma imprensa que foi readquirindo seu espaço de luta e oposição. As opiniões contrárias ao regime não cessaram de todo, durante esse período; a partir de 1943, com o manifesto dos mineiros, dos estudantes e dos advogados, tornaram-se mais intensas.

Resumindo então, a questão da manipulação do discurso ocorreu no período de 1930 a 1946, condicionando comportamentos e opiniões de acordo com as vicissitudes da vida nacional. A imprensa escrita, e mais especificamente o jornalismo, enquanto aparelho ideológico do estado, usava a construção e a manipulação discursivas para influenciar a opinião pública.

---

<sup>57</sup> SODRÉ, op. cit., p. 383.

